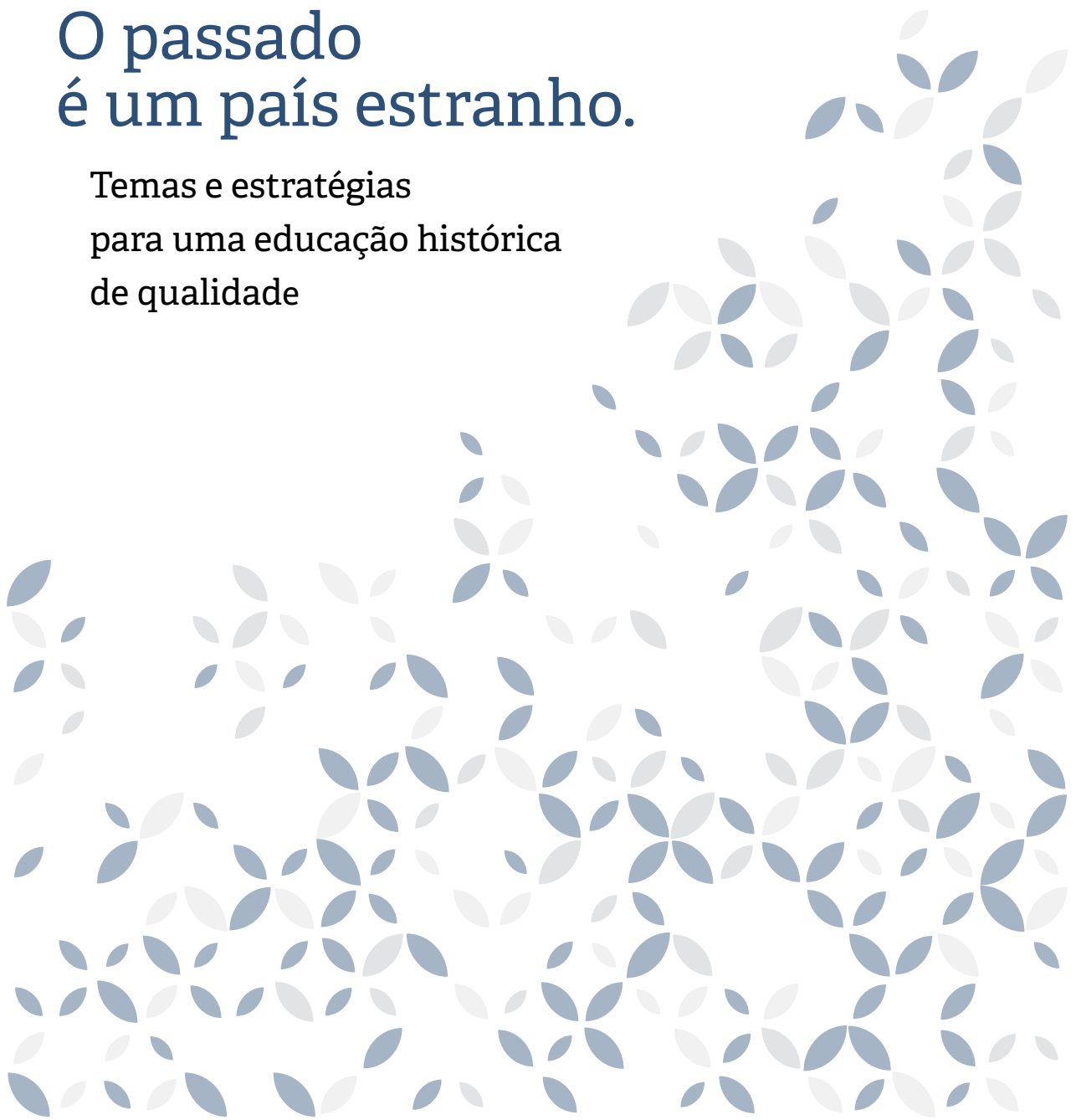


Luís Grosso Correia
(organização)

O passado é um país estranho.

Temas e estratégias
para uma educação histórica
de qualidade



Título

O passado é um país estranho.

Temas e estratégias para uma educação histórica de qualidade

Organizador

Luís Grosso Correia

Editor

**Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Biblioteca Digital**

Capa e tratamento gráfico

Pedro Lima

Infografia dos capítulos

Autores

ISBN:

978-989-8969-94-1

outubro | 2021

Suporte:

Eletrónico



Todo o conteúdo desta publicação,
exceto onde esteja identificado,
está licenciado sob uma Licença Creative Commons.

A expressão escrita e conteúdo dos capítulos
é da exclusiva responsabilidade dos autores.

Índice

Luís Grosso Correia, Introdução	02
Miguel Angel Silva, Espacialidade.....	09
Anabela Costa Gomes, Cidade Educadora.....	35
Armando Duarte Figueiredo, Ruínas e experiência do lugar	67
Vítor Fontes, Mitos e Lendas.....	89
Carla Ferreira, Música.....	122
Maria João Duarte, Dramatização	152
Ana Isabel Dias, Fotografia	173
Pedro Pateira, Mapeamento conceptual.....	213
Mónica Costeira, Concepções de História	244
Luís Grosso Correia, Temas vivos	264
Notas biográficas do/as autores/as	289

Temas vivos

Luís Grosso Correia*

O passado é mesmo outro país: não podemos voltar atrás. Há, porém, algo pior do que idealizar o passado ou apresentá-lo a nós e aos nossos filhos como uma câmara de horrores: é esquecê-lo (Judt, 2011, 53).

O presente capítulo toma como foco empírico o quase debate historiográfico em torno da epistemologia e divulgação do Estado Novo que emergiu nas páginas do *Público*, um dos jornais diários portugueses mais prestigiados e de maior circulação, nos meses de agosto e setembro de 2012, entre Manuel Loff e Rui Ramos a propósito da oferta da monografia *História de Portugal*, coordenada por este último historiador e editada em 2009, que o *Expresso*, jornal semanário de maior tiragem, decidiu fazer aos seus leitores através de nove fascículos publicados de 14 de julho a 8 de setembro do mesmo ano (cf. Ramos et al. 2012). O quase debate foi iniciado pelo historiador Manuel Loff, numa sua coluna quinzenal no *Público*, centrou-se sobre o conteúdo dos capítulos VIII, *Salazar e a "revolução nacional" (1926-1945)*, e IX, *O segundo salazarismo: A Guerra Fria, a industrialização e as guerras em África (1945-1974)*, da monografia dedicado ao período do Estado Novo, ambos de autoria de Rui Ramos (cf. Ramos et al. 2009: 605-704). Para além de Manuel Loff (ML) e Rui Ramos (RR), o quase debate historiográfico foi alimentado nas páginas do *Público* por outros dez historiadores, dois sociólogos e um jurista, facto que o elevou a uma posição única no panorama da discussão pública, na imprensa escrita, sobre o fazer e comunicar história com a relevância de versar sobre tema socio-cientificamente controverso: o Estado Novo português ou, *mutatis mutandis*, o salazarismo. Na nossa ótica, a troca de argumentos então gerada entre os quinze participantes no quase debate alertou-nos para a necessidade de se aprofundar e clarificar as dimensões teórica, conceptual, metodológica e empírica no ato de comunicar os resultados do labor historiográfico (desde a sala de aula até às monografias destinadas ao grande público, como é o caso da *História de Portugal* em referência, passando pelos artigos científicos mais especializados).

O advérbio “quase” que antecede a expressão debate historiográfico é para nós significativo dado que RR nunca respondeu diretamente às observações críticas e objetivas que lhe foram movidas por ML (e outros intervenientes no debate), preferindo explorar, na defesa dos seus capítulos sobre o Estado Novo, uma outra estratégia de cariz não científico: a vitimização face ao que qualificou de ataque pessoal e calunioso. Aliás, este veio foi amplamente por alguns outros intervenientes no quase debate e até titula um artigo publicado por Filipe Ribeiro de Menezes (*Slander, Ideological Differences, or Academic Debate? The “Verão Quente” of 2012 and the State of Portuguese Historiography*) que também analisou o quase debate historiográfico aqui em apreço, mas segundo um prisma diferente do nosso, a saber:

“indeed some valid points were made along the way; but they were made in the context of a discussion initiated by slander, or something very close to slander, and which was shaped by political passions at a particularly difficult and sensitive time in recent Portuguese life, when the country is gripped by apprehension over the effects of prolonged austerity” (Menezes, 2013: 62).

* Citar como:

Correia, Luís Grosso (2021). Temas vivos. In Luís Grosso Correia (org.), *O passado é um país estranho. Temas e estratégias para uma educação histórica de qualidade*. Porto: Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 164-287. DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8969-94-1/passa10>.

Este nosso trabalhando foi, complementarmente, ganhando forma, estrutura e sentido à medida que fomos: *i)* do ponto de vista sócio-político, acompanhando o devir dos acontecimentos que marcaram a história política, económico-financeira, social e educacional de Portugal, particularmente entre 2011 e 2015¹; *ii)* do ponto de vista académico, observando as reações de audiências, em congresso e salas de aula, em relação ao seu conteúdo; e, *iii)* na perspetiva da sua escrita, lendo e analisando obras à primeira vista desconexas entre si (cf. Anderson, 2008; Bauman, 2006 e 2007; Godinho, 2009; Judt, 2010; Nayar, 2010; Traverso, 2012). Deste intrincado feixe de acontecimentos sociais, económico-financeiros, políticos, científicos e da necessidade de uma reflexão mais intensa em períodos críticos, tomou-se consciência da necessidade de um exercício de balanço provisório sobre o lugar da *comunidade imaginada* que é Portugal no contexto europeu e mundial e de um outro exercício, desta feita projetivo, com vista a esboçar cenários em relação ao futuro dos jovens, com quem tenho o prazer de trabalhar, na minha qualidade de docente, investigador e cidadão.

Várias perguntas, metodológicas umas, multiformes outras, foram preenchendo esse nosso processo reflexivo. Aqui ficam algumas dessas interrogações. Estaria o autor deste artigo a exercitar a sua consciência histórica, tal como ela foi definida por Jörn Rüsen (2010, 110-120), através das três operações essenciais que a suportam: ampliação da experiência do passado humano, aumento da competência para a interpretação histórica dessa experiência e reforço da integração e mobilização dessas interpretações no quadro de orientação da vida prática (no meu tempo histórico)? Aproximar-me-ia, desta forma, de alguns autores e historiadores, que mobilizaram os seus conhecimentos, metodologias e capacidade de comunicação para operar reflexões/interpretações, cientificamente fundamentadas, na maioria dos casos, sobre o período histórico em curso (Judt, Godinho, Bauman, Taverso)? Tal como Tony Judt, historiador britânico, docente em universidades britânicas e americanas de referência, preocupado no ano da sua morte (2010) com o recuo das políticas sociais-democratas face à remontada das renovadas políticas velhas de liberalismo económico? Ou, concordava com Vitorino Magalhães Godinho, provavelmente um dos mais conceituados historiadores portugueses, também falecido em 2010, quando ele, preocupado com as reformas por fazer em Portugal (que já tinha diagnosticado e reportado na década de 1970) projetou em 2009 um caderno de encargos para a orientação/autoafirmação histórica de Portugal nos anos vindouros? Ou, como Zigmunt Bauman, sociólogo de origem polaca, *partisan* feito prisioneiro pelas tropas nazis durante a II Guerra Mundial e professor de renomadas universidades em todo o mundo, estaria preocupado com a liquidez dos tempos modernos e a falta da solidez e assertividade das instituições políticas de base nacional? Ou, recuando um pouco mais, estaria dominado por uma inquietação política e psicológica, semelhante na atitude e não no conteúdo, à que Raymond Aron (1961), historiador francês conservador, evidenciou em finais da década de 1950 com a consolidação das políticas socialistas em vários países do mundo? Ou, numa dimensão mais especulativa, na sequência da releitura da obra *Labirinto da saudade*, de Eduardo Lourenço (1978/2000), e dos quatro traumas pátrios, enquanto marcadores do “absurdo labirinto sem saída da nossa impotência” (Lourenço, 2000: 31) – a saber: fundação do Estado português, “do tipo traumático e desse traumatismo nunca na verdade nos levantámos até à plena assumpção da maturidade histórica” (*idem*, 24); domínio filipino, 1580-1640; transferência da

¹ Referimo-nos à demissão do XVIII governo constitucional, agendamento de eleições legislativas, intervenção de uma tríade constituída pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Conselho Europeu para negociar as condições de empréstimo de 78 mil milhões de euros a Portugal para equilibrar as contas públicas, campanha eleitoral incharacterística (sem conteúdo político relevante pelos dois partidos/coligações mais votados), eleições e constituição de novo governo (de coligação centro-direita) com um programa político neoliberal, em termos económicos e sociais, desde 25 de Abril de 1974.

Corte para o Brasil, domínio protetoral inglês e guerra civil no primeiro terço de Oitocentos; e guerra colonial, 1961-1974 –, nele insertos, estaria sob o efeito, subjetivamente percecionado, de um quinto trauma pátrio, contemporâneo da minha consciente experiência histórica (a já referida intervenção da tríade FMI-BCE-CE e o exercício do poder executivo por parte de um Governo com programa e *praxis* política lesivos do equilíbrio económico e social)? Ou, tomaria emprestado a Benedict Anderson (2008), historiador britânico, a sua perspetiva inovadora de interpretação do processo de invenção das comunidades de base nacional (nacionalismo) e dos dispositivos de intervenção e consciencialização por elas utilizados nos séculos XVI a XX para tentar compreender o arraigado capital histórico da identidade nacional demonstrado pelos jovens portugueses inquiridos em 1994 e 1995 pelo sociólogo José Machado Pais (cf. Pais, 1999: 186)? Ou, com todo este processo, estaria a atualizar a minha formação de historiador para corroborar o que Enzo Traverso colocou de forma clara

“Los debates sobre las guerras, las revoluciones, los fascismos y los genocidios que han atravesado la historiografía y, más generalmente, las ciencias sociales a lo largo de estas últimas décadas esbozan el perfil de una nueva aproximación al mundo contemporáneo que supera ampliamente las fronteras de la investigación histórica. Sus tensiones resultan permanentes entre el pasado y el presente, la historia y la memoria, la experticia y el uso público del pasado; sus lugares de producción no se limitan a la universidad, sino que conciernen a los medios de comunicación, en su sentido más amplio. El antitotalitarismo liberal, un humanitarismo consensual y la naturalización del orden dominante constituyen las coordenadas generales de este comienzo del siglo xxi. Los historiadores trabajan dentro de estas nuevas coordenadas políticas y ‘epistémicas’. La historia se escribe siempre en presente. Gran cantidad de obras históricas nos dicen mucho más de su época, al echar luz sobre su imaginario y sus representaciones, que del pasado cuyos misterios querrían descubrir” (Traverso, 2012: 14-15).

História e memória

Em 1995 foi concluído um inquérito sociológico, de escala transnacional a nível europeu e do Médio Oriente², sobre as representações identitárias (de si, para si e para os outros) e de consciência histórica (sentimento de continuidade no tempo e na memória) dos jovens com 15 anos de idade. Os resultados do inquérito sobre o caso português, aplicado a uma amostra de 1237 alunos do 9º ano de escolaridade em aulas da disciplina de História (e 51 entrevistas a professores de História), foram dados a lume em 1999, sob a pena do coordenador do estudo, José Machado Pais, na obra *Consciência histórica e identidade: os jovens portugueses em contexto europeu* (Pais, 1999). Através da análise dos dados do inquérito (sobre diversas matérias relacionadas com o uso da História: aprendizagem, temporalidades, imagens, mudança, representações de épocas, atitudes perante a vida e a sociedade, juízos, consciência e controvérsias sociais e políticas), são constatadas assimetrias entre história passada e história representada, verificando-se que a consciência histórica é a resultante de múltiplas representações que dão sentido à história de vida pessoal. Não querendo aprofundar os resultados deste inquérito, interessa-nos, no contexto deste artigo, sobretudo, pôr em relevo, de modo coligado, o entusiasmo generalizado e re-

² O trabalho de campo foi realizado em 26 países ou regiões europeias (Islândia, Noruega, Dinamarca, Suécia, Finlândia, Estónia, Lituânia, Rússia, Ucrânia, Polónia, Hungria, República Checa, Eslovénia, Croácia, Bulgária, Grécia, Turquia, Portugal, Espanha, Itália, Tirol do Sul, Alemanha, Bélgica Flamengo, Inglaterra/Gales, Escócia e França) e 3 do Médio Oriente (Israel, Israel Árabe e Palestina).

corrente que os jovens portugueses manifestam em relação ao seu cúmulo de capital histórico (identidade retrospectiva, evitada de representações encantatórias, nostálgicas e tradicionalistas do passado), que se traduziu num forte sentimento de identidade nacional, e à representação bondosa que faziam então dos tempos futuros (Quadro 1), por um lado, e a posição ambígua revelada em relação às questões relacionadas com a democracia e o colonialismo, por outro.

Quadro 1: Questões relativas à representação do tempo

País	As coisas geralmente					
	Evoluem para melhor	De facto, não mudam	Evoluem para pior	Tendem a repetir-se	Vão de um extremo ao outro	Não responde
Alemanha	19,2	11,5	8,2	22,4	38,7	1,8
Bélgica (Fl.)	19,6	7,1	5,4	41,7	26,3	6,9
Bulgária	15,7	11,2	6,5	39,2	27,5	1,1
Croácia	14,5	8,2	8,5	43,6	25,3	2,6
Dinamarca	28,5	7,1	8,6	18,5	37,2	2,8
Escócia	24,2	7,2	3,8	21,2	43,6	2,5
Eslovénia	22,8	10,5	19,4	25,1	22,3	6,5
Espanha	28,7	5,6	12,9	23,4	29,3	3,3
Finlândia	21,5	6,5	4,7	29,6	37,7	1,1
França	20,3	14,3	6,2	25,5	33,7	2,0
Grécia	23,0	11,7	19,2	28,0	18,1	1,4
Hungria	8,8	12,0	18,9	28,4	31,9	5,4
Inglaterra / Gales	26,1	8,3	2,1	21,3	42,2	4,7
Islândia	30,6	8,4	7,8	15,5	37,7	3,1
Itália	20,6	7,2	5,3	32,0	34,9	0,7
Noruega	25,5	9,2	13,9	22,5	29,0	3,7
Polónia	12,9	7,0	8,6	21,7	49,7	0,2
Portugal	40,1	7,7	7,5	23,3	21,4	2,6
Rep. Checa	17,4	5,7	5,4	47,1	21,4	2,6
Rússia	8,3	3,7	3,6	53,9	30,6	2,2
Suécia	29,5	5,4	11,4	25,4	28,3	5,7
Turquia	7,6	7,1	2,1	23,1	60,1	2,1
Ucrânia	15,6	7,5	8,9	42,6	25,4	0,4

Fonte: Pais, 1999, 94

Segundo José Machado Pais, estes jovens portugueses pareciam mesclar uma razoável afirmação da democracia com uma crítica extrema da mesma (algo de socialmente preocupante em virtude de o inquérito indagar uma geração nascida por volta de 1979-1980 (hoje na casa dos 40 anos de idade) e, aparentemente, pouco ciente do grau de maturidade do regime democrático

português, implantado em 1974, e, em relação ao colonialismo, a mais das vezes representado como uma aventura e menos com uma exploração, a consciência histórica evidenciada “parece apontar para o *branqueamento*, artificial, do capital histórico *sujo* associado à experiência colonial” (*idem*, 187-188).

Face a estes resultados, ecoam ainda as palavras que Eduardo Lourenço plasmou, em 1978, sobre o puzzle do sincrético *labirinto* português:

“uma espécie de nevoeiro divino onde as tensões, os conflitos, quando não o horror ou a mediocridade de um viver comum, se dissolveram magicamente” (Lourenço, 2000: 73). E, ainda, “lecionados pela história – na medida em que ela pode leccionar uma colectividade que é uma das mais *desmemoriadas* que é possível conceber-se – chegou o tempo de *nos vermos tais como somos*, o tempo de uma nacional redescoberta das nossas verdadeiras riquezas, potencialidades, carências, condição indispensável para que algum dia possamos conviver connosco mesmo com um mínimo de *naturalidade*” (*idem*, 77).

Paul Connerton, na obra *Como as sociedades recordam*, constata que no processo de construção da memória social “as imagens do passado legitimam geralmente uma ordem social presente” (Connerton, 1999: 3). Este princípio axiomático pressupõe que, quando as memórias do passado da sociedade divergem, os seus membros não podem partilhar experiências e opiniões, tornando-se mais evidente que a comunicação entre gerações é dificultada por diferentes conjuntos de memórias. Estes conjuntos diversificados de memórias, apresentados frequentemente sob a forma de narrativas de fundo implícitas, opõem-se uns aos outros,

“de tal modo que, embora as diferentes gerações estejam fisicamente presentes, umas perante as outras, num determinado cenário, podem permanecer mental e emocionalmente isoladas, como se as memórias de uma geração estivessem, por assim dizer, irremediavelmente encerradas nos cérebros e nos corpos dos indivíduos dessa geração” (*idem*, 3).

Nesta linha, o autor afirma que as imagens do passado e o conhecimento dele recolhido “são transmitidos e conservados através de performances” (*ibidem*, 4), mais ou menos ritualizadas, tal como se pôde observar nos resultados sobre a representação dos jovens sobre democracia e (com algum lastro memorial do Estado Novo) colonialismo acima referidos. Neste contexto, o estudo de Connerton contribuí com dois conceitos ou práticas que nos permitem colocar em destaque uma reflexão mais aprofundada sobre os mecanismos da memória: a incorporação e a inscrição. Muitas formas de memória corrente especializada (onde podemos incluir o conhecimento corrente da História), relembram, reencenam e atualizam constantemente o passado na nossa conduta presente, sem nunca invocar a sua origem histórica. Como se de uma memória sedimentada ou acumulada no corpo se tratasse, a qual, induz a dois tipos de prática social já referidos (incorporação e inscrição). A prática memorial de incorporação é feita de gestos e palavras que comunicam, de modo voluntário ou involuntário, e que, apesar da sua maior ou menor formalização, são inteligíveis enquanto os intervenientes estão em contacto presencial para sustentarem essa atividade comunicacional específica. A prática de inscrição é sustentada por uma constelação de dispositivos capazes de armazenar, recuperar e comunicar informação (escrita, gravada, filmada...), sempre disponível para consulta, reprodução ou comunicação feita, na maioria das vezes, de modo intencional e formal (cf. *ibidem*, 83-119). Remata o autor, afirmando, que a

“memorização de posturas culturalmente específicas pode ser considerada como um exemplo de práticas de incorporação” e que “o comportamento postural pode ser [...] altamente estruturado e completamente predizível, mesmo que não seja nem verbalizado, nem

conscientemente ensinado, e pode ser tão automático que não seja sequer reconhecido como uma parte do comportamento passível de ser isolada" (*ididem*, 84).

Julgamos que a esta luz interpretativa, possibilitada por Connerton sobre as práticas de memória e pela autognose de Lourenço sobre a sociedade portuguesa *desmemoriada* do seu passado, poderemos encontrar algumas das chaves para a compreensão dos resultados sobre os temas vivos de História (leia-se, democracia e colonialismo) do inquérito que Machado Pais aplicou aos estudantes do 9º ano de escolaridade em 1995. Sobretudo, se atentarmos no facto de o inquérito ter sido aplicado num contexto altamente estruturado por posturas sociais implícitas (a escola) e o conhecimento dos estudantes sobre esses temas socio-cientificamente vivos ser mediado por um programa curricular que, também ele, poderá ser, por seu turno, reinterpretado por práticas de currículo oculto (amalgama de comportamentos verbais e não-verbais que, em contexto escolar, podem condicionar a validade, pertinência e significação das aprendizagens dos alunos). Esta nossa pista para reflexão é apoiada pelos resultados apresentados relativos a conceções históricas e no papel central desempenhado pelo/a professor/a no processo de aprendizagem de conteúdos mais exigentes, do ponto de vista da capacitação historiográfica dos estudantes, vivos ou controversos da história do século XX, junto dos alunos do 9º ano de escolaridade, como, por exemplo, as Ditaduras (militar e nacional), o Estado Novo e o Salazarismo em Portugal; o Nazismo, a II Guerra Mundial e o Holocausto; a guerra colonial portuguesa ou, *mutatis mutandis*, a guerra de libertação ou independência dos países colonizados por Portugal e o processo revolucionário que mediou entre Abril de 1974 e a aprovação da Constituição da República portuguesa em 1976.

Reconhecendo que História e memória são ambas construções mentais, mas operadas de formas diferentes, sobretudo a partir da crítica introduzida pelos *Annales* à história-memória a partir da década de 1930 (cf. Leduc et al. 1998: 11-15), torna-se imperioso, com o apoio de Gérard Pinson, fazer uma distinção conceptual e metodológica entre memória e história, em função dos diferentes operadores de inteligibilidade (Quadro 2).

Quadro 2: Memória versus História.

Critério	Memória	História
Funcionamento	Torna o passado presente.	Distancia-se do passado e torna-o diferente do presente.
Origem	É transmitida e repetida.	É construída e ensinada.
Estatuto	Releva do existencial, de um "Eu", é identitária.	Releva do cognitivo.
Processo	Pressupõe identificação, emana de uma "autoridade", testemunho ou passador de memória.	Pressupõe distanciamento, emana de fontes criticadas.
Conteúdo	Retoma o que foi percebido e/ou imaginado.	Ultrapassa a percepção dos factos pelos seus contemporâneos.

Fonte: Pinson, 2007.

Assim, se a memória se reporta a todo o conjunto de acontecimentos e experiências do passado (reais ou imaginários) que são conservados (arquivo), comemorados (ação) ou colocados como rede de ideias (representação), com finalidades explícitas ou implícitas diversas, em

arquivos, museus ou comemorações (pessoais, grupais, institucionais, nacionais ou internacionais), ela será com que o celeiro empírico onde o trabalho do historiador se vai alimentar. Na era da expansão eletrónica, a memória tornou-se infinita e mediadora da consciência (social, política, histórica), re-encenação do pensamento, imagens e/ou experiências do passado a que se refere, necessárias para a constituição de grupos sociais no presente. A memória, em particular a memória social, afirmam James Fentress e Chris Wickham, é muitas vezes “selectiva, distorcida e pouco rigorosa”. Para o investigador, mais do que os câmbios no rigor na memória social, quer seja decorrente de experiência direta e contada oralmente ou lida num livro, importará mais

“afirmar que a possibilidade desse rigor demonstra que aquilo que distorce a memória não é um qualquer defeito inerente ao processo de registo mental, mas sim uma série de limitações externas, habitualmente impostas pela sociedade – as limitações é que interessam aqui, não o rigor” (Fentress & Wickham, 1994: 10).

Não obstante o crescimento da memória, ou, melhor dizendo, das memórias e contra-memórias, na era eletrónica, a atividade de historiador não se pode confinar a uma atividade de mero colecionador de vestígios do passado, de sistematizador de cronologias de factos (tipo história-memória, história-batalha, política, acontecimental ou biográfica) à moda do positivismo histórico da *Belle Époque*, de cariz nacionalista. Ele deverá operar, a partir da utensilagem teórica e metodológica ao seu alcance, num processo contínuo de diálogo com os factos, num “diálogo interminável entre o presente e o passado” (Carr, 1986: 25). Ainda nesta linha, concordamos com Lucien Febvre quando afirma que

“um historiador que recusa pensar o facto humano, um historiador que professa a submissão pura e simples a esses factos, como se os factos não fossem em nada fabricados por ele, como se não tivessem sido minimamente escolhidos por ele, previamente, em todos os sentidos da palavra escolhido (e não podem ser escolhidos senão por ele) – é um auxiliar técnico. Que pode ser excelente. Não é um historiador” (Febvre, 1977, vol. I: 179-180).

E, reconhecemos com Jacques Le Goff e Pierre Nora que o

“que obriga a história a redefinir-se é, antes de mais, a tomada de consciência, pelos historiadores, do relativismo da sua ciência. Não é o absoluto dos historiadores do passado, providencialistas ou positivistas, mas o produto de uma situação, de uma história. Este carácter singular de uma ciência que tem apenas um único limite para o seu objeto e para si própria, que oscila entre a história vivida e a história construída, sofrida e fabricada, obriga os historiadores, conscientes dessa relação original, a interrogarem-se de novo sobre os fundamentos epistemológicos da sua disciplina” (Le Goff e Nora, 1987, vol. I: 10).

Os critérios definidores da ética e *habitus* profissional do investigador em História foram sistematizados por Jacques Le Goff e Nicolas Rousielier, no quadro do balanço da historiografia francesa produzida após a II Guerra Mundial, a saber: rigor, precisão, exatidão, “mas também, para a parte interpretativa e literária, a imaginação, a intuição, o cuidado de clareza e de simplicidade” (cf. Le Goff e Rousielier, 1995: 7). A juntar a estes critérios, importa ainda considerar a dimensão política, cívica e projetiva de intervenção social que os resultados do labor histórico permitem, dentro do perímetro ético definido por Franco Ferrarotti: “A história é importante como memória coletiva do passado, consciência crítica do presente e premissa operatória para o futuro” (Ferrarotti, 1983: 37). Com a importante ressalva de que não podemos tornar o passado presente com a finalidade de legitimar uma visão fixista, cíclica ou anacrónica do devir histórico, tal como Marc Bloch sublinhou em 1931:

“Que a inteligência dos fenómenos do presente deve aproveitar o estudo dos fenómenos quase iguais que o passado oferece, concordo. Mas com uma condição: acentuar bem o “quase” – e isto tanto nas dissemelhanças como nas semelhanças. A história é antes do mais conhecimento das mudanças” (Bloch, 1998: 41).

O quase debate historiográfico

Em 2009 foi publicado, num único volume, a *História de Portugal*, sob a coordenação de Rui Ramos (investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), com textos de autoria dos investigadores Bernardo Vasconcelos e Sousa (período medieval), Nuno Gonçalves Monteiro (época moderna) e do próprio Rui Ramos (período contemporâneo) (cf. Ramos et al., 2009). Segundo Luís Reis Torgal, a

“obra, no seu conjunto, mereceu, obviamente, elogios desde a sua apresentação, na Sociedade de Geografia, pelo sociólogo António Barreto, que, sobretudo, louvou o seu sentido narrativo e de fácil compreensão, onde estava ausente um exercício teorizador. No entanto, a parte relativa ao regime Salazar-Caetano, assinada por Rui Ramos, provocou logo alguma discussão, proporcionada pelo trabalho da jornalista São José Almeida, que entrevistou e transcreveu pequenos passos das opiniões emitidas por alguns historiadores do Estado Novo, como António Costa Pinto, Manuel de Lucena, Manuel Loff, Irene Flunser Pimentel, Fernando Rosas, para além de afirmações do próprio Rui Ramos. O artigo teve o sintomático título *A História de Rui Ramos desculpabiliza o Estado Novo*” (Torgal, 2012: 46).

A peça jornalística ora citada, publicada por São José Lapa, no caderno P2 do jornal *Público*, a 31 de maio de 2010, reuniu opiniões e argumentos historiográficos de uma parte significativa dos intervenientes que em 2012 viriam a dar substância ao quase debate de 2012, objeto de estudo do presente estudo.

Como já foi referido anteriormente, a mesma *História de Portugal* foi publicada em 9 fascículos, distribuídos graciosamente na compra do semanário *Expresso*, entre 14 de julho a 8 de setembro de 2012 (cf. Ramos et al., 2012) e, a partir de inícios de agosto de 2012, é despoletado por Manuel Loff (professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)³ um debate historiográfico focado na parte relativa ao Estado Novo, de autoria de Rui Ramos, nas páginas do jornal diário *Publico*. Este debate público sobre a historiografia e a forma de comunicar a história do Estado Novo, a partir do caso de uma obra de larga distribuição em Portugal, configuraria um dado inovador e único no domínio da comunidade de especialistas não se desse o caso de, na primeira resposta, Rui Ramos enviasse a questão com a declaração de se tratar de um caso de difamação pessoal... A partir deste momento, o debate poderia ter esmorecido, não se desse o caso de outros intervenientes terem entrado em cena e, pela sua pena, o terem alimentado e enriquecido (cf. secção Fontes infra).

O nosso interesse pessoal em relação a este caso resulta de um conjunto de reflexões que fomos desenvolvendo, ao longo do tempo, e dando à crítica, em especial através da comunicação

³ Temos de aqui fazer a seguinte declaração de interesses: conhecemos o investigador Manuel Loff desde o curso de licenciatura, somos colegas no mesmo departamento e lecionamos em cursos de pós-graduação comuns. À parte desta circunstância da vida em sociedade, o presente capítulo representa um esforço cognitivo orientado por uma conceção de processo de ensino e de aprendizagem da História significativo, do ponto de vista, a um tempo, científico, social e antropológico.

apresentada ao II Congresso Anual de História Contemporânea - Rede de História Contemporânea – “História e Ciências Sociais: desafios transdisciplinares da História Contemporânea”, realizado na Universidade de Évora, em 2013, parcialmente em artigos de opinião (Correia, 2013) e científicos (Correia, 2011 e 2015) ou capítulos de livro (Correia, 2017) e, sobretudo, em aulas de didática de história de curso de formação de professores de História. Partimos do axioma definido por Michel de Certeau, de que entende “por história a prática (uma disciplina), o seu resultado (o discurso) ou a relação entre ambos sob a forma de uma produção” (Certeau, 1975: 64), com a finalidade de articular o fazer (investigação) com o dizer (divulgação) e o ensinar (educação) História. E, tivemos em consideração o sentido último do desenvolvimento de uma consciência histórica, seja em contexto investigacional, educacional ou social, conforme a visão de Jörn Rüsen: “orientação histórica da vida humana para dentro (identidade) e para fora (*praxis*) – afinal é esse o interesse de qualquer pensamento histórico” (Rüsen, 2010).

Passemos, então, a uma análise mais detida sobre o conteúdo patenteado por cada uma das intervenções registadas. A opção pela abordagem mais descritiva, e o consequente efeito de reprodução de uma série de citações, é justificada pelo princípio de não querermos trincar ou deturpar as afirmações produzidas pelos intervenientes.

Em duas crónicas quinzenais, intituladas *Uma história em fascículos I e II*, Manuel Loff (ML), com produção especialmente focada no período do Estado Novo, fez uma descrição sucinta da obra e centrou a sua análise crítica no trabalho que Rui Ramos (RR), “historiador especializado na Monarquia Constitucional e na I República portuguesas”, fez sobre o período específico entre 1926 e a atualidade. Em jeito de apresentação do coordenador da obra, ML afirma que

“RR não é um historiador qualquer; a sua visibilidade pública é ajudada, como em pouquíssimos casos, pelo seu acesso às tertúlias televisivas e à imprensa, onde se tem destacado como uma das penas mais sólidas da direita intelectual portuguesa, que reivindica o prazer da provocação intelectual e reconhece um aguçado espírito de contradição, sobretudo quando o alvo é a esquerda? (*Ler*, janeiro 2010). Para percebermos o que RR entende por ‘provocação’, e em resposta a quem acha - como eu - que o seu trabalho é puro revisionismo historiográfico política e ideologicamente motivado, ele entende que “toda a História é revisionista” e nela ‘é necessário afirmar originalidade’ (PÚBLICO, 31.5.2010)”.

E, mais adiante, expõe a:

“narrativa que RR faz do papel de Salazar na história. Para ele, o Estado Novo era “um regime assente (...) no monopólio da atividade legal por uma organização cívica de apoio ao Governo”, e esta é a forma como ele classificará sempre o partido único da ditadura, com “a chefia pessoal do Estado” entregue a “um professor catedrático introvertido”, um homem “de outra espécie”, com “nada de uma personagem ditatorial” como a dos líderes da Europa fascista do tempo (pp. 627 e 638-39). Neste campo, a primeira das suas preocupações é a mais comum entre os historiadores da área de RR: desenhar um Salazar sensato e algo neurasténico, que não gostaria de uniformes (apesar da origem militar do regime e do seu carácter inevitavelmente policial e repressivo) e que nada teria a ver com Hitler, Mussolini ou Franco. O “pobre homem de Santa Comba”, como o ditador se definiu a si próprio, teria “para Portugal objetivos simples” pois propunha-se “fazer viver Portugal habitualmente” e “queria instituir uma “ditadura da inteligência” para “fazer baixar a febre política” no país e “reencontrar o equilíbrio” (p. 639)” (Loff, 2012a: 45).

Na crónica de 16.08.2012, ML continua a dar exemplos com citações do livro em fascículos e comentários da sua lavra, as inconsistências, omissões (por exemplo: “Da violência colonial, dos massacres perpetrados contra africanos, nem uma palavra!”) e interpretações abusivas sem indicar as fontes de informação:

“Sem citar documentos, Ramos faz aquilo que ele próprio diz que ‘os salazaristas fizeram sempre questão’ de fazer: ‘Comparar os métodos repressivos [de Salazar] com a ‘ditadura da rua’ do PRP’ (p. 652), sustentada sobre o ‘trabalho sujo’ de “gangues chefiados por ‘revolucionários profissionais’” (p. 591), empurrando o leitor a achar que a I República fora muito mais violenta que a ditadura”.

Como síntese desta crónica, Loff afirma que o trabalho de RR apresenta

“uma ficção sinistra e intelectualmente cínica sobre a ditadura salazarista, procurando aquilo que, até hoje, ninguém na historiografia séria e metodologicamente merecedora do nome tinha tentado: desmontar a natureza ditatorial do Estado Novo. Como comecei a expor aqui há duas semanas atrás, é inaceitável que se pretenda consagrar uma leitura tão manipulada da História” (cf. Loff, 2012b: 45).

A resposta de Rui Ramos (RR) às críticas de (ML foi publicada na edição de 21.08.2012 do *Público*, sob o título *Um caso de difamação*. Nela, RR apoda de “calúnias” os argumentos que lhe são dirigidos por ML, mercê de este ter “deturpado o sentido de frases e de pedaços de texto, grosseiramente mutilados e manipulados”. E passa a dar alguns exemplos retirados do seu trabalho (o sublinhado é nosso):

“É dito que eu faço a história da ditadura de Salazar sem jamais mencionar a censura, a PIDE, a tortura, etc. — quando, a páginas 654 e 694, descrevo o funcionamento da censura; a pp. 650 e 695, os recursos e os métodos de actuação da PIDE; a p. 651, cito o número de presos políticos, o número de mortes no campo de concentração do Tarrafal e o uso generalizado de torturas como a “estátua”; a p. 695, atribuo o assassinato do general Delgado à PIDE; a p. 673, refiro o sistema de penas de prisão renovadas por decisão do Governo (“a confirmação de que o arbítrio pessoal dos governantes substituíra qualquer procedimento judicial”) e as exclusões políticas no emprego; a p. 652, cito uma carta impressionante de José Marinho, de 1937, que bem revela o peso opressivo da ditadura salazarista sobre o quotidiano. É dito ainda que escondo a violência colonial, quando a verdade é que afirmo que, sob a ditadura de Salazar, tal como sob regimes anteriores, as populações das colónias estavam “à mercê da administração” (p. 659), prosseguindo uma análise de pp. 563-565, em que ênfatizo a dimensão violenta da colonização em África” (Ramos, 2012a: 45).

Reportando-se a um artigo seu publicado nas páginas do suplemento *Actual* do semanário *Expresso*, em 24.07.2010, em que afirmou que a “contabilidade repressiva [do Estado Novo] é modesta” e que “A ditadura de que Salazar esteve à frente desde 1932, quando assumiu a chefia do Governo, foi mesmo uma ditadura, com censura, tortura nas prisões, penas indefinidas e discriminações políticas”, RR tenta defender-se da acusação de negação da ditadura, formulada por ML nas crónicas anteriores, e conclui: “Esta não é uma polémica historiográfica ou uma questão de opiniões. É um simples caso de difamação pessoal” (Ramos, 2012a: 45).

O caminho aberto pelas duas crónicas de ML parecia conduzir a um debate historiográfico sobre o Estado Novo, em particular, e o funcionamento da sociedade portuguesa na sua relação com o passado, em geral, tomando como referência os mecanismos, desafios e estratégias

mediáticas em matéria da competição entre memórias concorrentes. Porém, RR ao fazer pender, de modo pouco articulado, focado e transparente, o debate para o domínio da afronta pessoal, da calúnia e difamação, acabou por, tática e subjetivamente, precipitar o final precoce de um caso invulgar em matéria de problematização da qualidade e integridade do fazer e divulgar temas vivos, do ponto de vista historiográfico, político e social, em Portugal. Mas, não obstante esta limitação, a análise fica mais densa se continuarmos a desfiar as demais intervenções que convergiram/chocaram com este mesmo caso.

Difamação?! foi o título da reação de ML em crónica publicada na edição de 30.08.2012 do Público. Nela, ML reitera a sua observação crítica sobre a desmontagem da natureza ditatorial do Estado Novo que RR tentou fazer no trabalho em análise e demonstra a tática seguida por RR no sentido de aniquilar o debate:

“RR inventa até que eu lhe teria chamado *fascista* por escrever o que escreveu — adjetivo (com aspas, como se de uma citação minha se tratasse!) que usa três vezes na sua resposta. Imagino que queira arrastar-me para alguma alucinação sua de 1975, mas não o sigo. RR não precisa de ser *fascista* para ser um empenhado relativizador da leitura histórica da ditadura salazarista, que procura há anos desmontar a natureza ditatorial do Estado Novo para a tornar banal, comum, no contexto histórico em que ela se desenvolveu, usando argumentos que se conhecem há muito na Alemanha, em Itália, em Espanha, em França, entre outros, para relativizar experiências ditatoriais sobre cuja condenação se baseiam as democracias contemporâneas europeias, procurando *branquear* a imagem das ditaduras, quer reduzindo o seu peso histórico específico, quer contaminando todas as outras experiências políticas contemporâneas com a mesma suspeição moral” (Loff, 2012c: 45).

Na edição de 30.08.2012 do *Público*, Maria Filomena Mónica assina um depoimento, na dupla qualidade de historiadora e socióloga, intitulado *Loff e as suas mentiras*. No seguimento do título, a autora é, no mínimo, coerente e dá voz a um ataque pessoal a ML nos seguintes termos:

“Dada a sua reputação, espanta-me que a direcção [do jornal] tenha dado voz a alguém como Manuel Loff, que assina, note-se, como historiador. Melhor seria ter usado a palavra militante, pois os textos, que aqui publicou, revelam um fanatismo que eu pensava ultrapassado na disciplina. Basta ver o que diz sobre as liberdades fundamentais na I República e a mistura que faz entre Salazarismo, Fascismo italiano e Nazismo alemão para se constatar o que vai naquela cabeça. Se fosse apenas estúpido, não estaria a escrever este artigo. A coisa é pior. Loff é um fanático que só concebe duas espécies de filiação ideológica: o comunismo e o fascismo. [...] Loff distorce o que aparece num livro que vendeu milhares de exemplares, o que terá contribuído igualmente para a ira de alguém cujas obras nunca vi nos escaparates. Para um marxista-leninista (não sei, nem me interessa saber, em que partido, se algum, está Loff filiado), a deturpação de um texto é uma arma perfeitamente legítima. Só tenho pena que o meu jornal tivesse sido o veículo através do qual um “historiador” medíocre tenha podido mentir com impunidade” (Mónica, 2012: 55).

Esta intervenção de Filomena Mónica é muito reveladora da visão de um certo grupo sobre as *regras da ordem* da produção historiográfica em Portugal: um livro que vende milhares de exemplares, mercê de uma eficaz campanha de marketing, está acima de qualquer crítica; as críticas historiográficas sobre matérias políticas só podem ser motivadas por radicais de esquerda, fanáticos, deturpadores do trabalho dos outros, mentirosos e historiadores medíocres. Com esta abordagem, a um tempo caceteira, imprudente, facciosa e moralista, Maria Filomena Mónica confirmou o óbito do debate historiográfico levantado anteriormente por RR.

O sociólogo Álvaro Barreto, na secção de Cartas à Diretora, de 03.09.2012, reflete sobre *A História de Portugal, Rui Ramos e Manuel Loff*. Defende o princípio da liberdade de expressão, se bem que, no caso vertente, “é sempre triste ver que a inteligência, o rigor e a decência têm por vezes de ceder perante essa liberdade última que é a de publicar o que se pensa”. Dado relevante nesta intervenção é o tom aparentemente aberto mantido perante o debate até à penúltima frase e a utilização do verbo *normalizar* e do substantivo *normalização*:

“Um dos feitos desta *História* consiste na ‘normalização’ do século XX, marcado por rupturas e exibindo feridas profundas. Por isso me curvava diante dos seus autores, homenageando a obra que ajuda os portugueses a libertarem-se de ‘fantasmas’) e insistir no juízo moralista para com a posição de ML – ‘demónios capazes de despertar o pior da cultura portuguesa’” (Barreto 2012: 44).

A edição de 04.09.2012 do *Público* foi fértil em posições de desagravo pessoal a RR assumidas em pequeno artigo pelos coautores da *História de Portugal*, Bernardo V. Sousa e Nuno G. Monteiro, e na crónica semanal do jurista Pedro Lomba.

No artigo dos coautores, intitulado *A falsificação vira-se contra quem a pratica*, eles informam que a monografia *História de Portugal*

“foi apresentada por António Barreto, mereceu uma extensa e positiva recensão de José Mattoso saída no *Público* e foi objecto de debate historiográfico entre cerca de uma centena de professores e investigadores da área das ciências sociais, numa sessão que decorreu na Biblioteca Nacional de Portugal em 2010” e afinam pelo mesmo diapasão da posição anteriormente assumida por RR: “ML descontextualizou, trincou e deturpou passagens do texto, procurando demonstrar que havia uma operação de branqueamento do Estado Novo e dos seus processos ditatoriais e repressivos” e que, “pela nossa parte, não vamos entrar em polémica com ML, sobretudo porque o que ele desencadeou não foi uma polémica historiográfica, mas sim um ataque que se baseia na falsificação das posições de Rui Ramos e que cai na calúnia” (Sousa & Monteiro, 2012: 47).

A crónica do jurista Pedro Lomba, intitulada *Orfãos da guerra civil*, é um texto desatento à factualidade do debate aberto por ML e parece apoiar-se unicamente no que o autor leu da parte de RR. Assim, Pedro Lomba incorre numa incorreção de base, ao afirmar que ML apodou RR de fascista, e, a partir desta falsa premissa, desfiou uma série de considerações vazias de sentido para o debate em apreço e num registo, mais outro, fortemente moralista:

“À cultura da guerra civil só interessa transformar os adversários em demónios ‘fascistas’, suspeitos, obrigados a autojustificarem-se no altar dos censores morais. Ramos aliás deixou de existir. É a caricatura de um inimigo imaginário que estes órfãos da guerra civil perseguem” (Lomba, 2012, 48).

Fernando Rosas, historiador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC-UNL), no artigo *Cartilha “normalizada” do Estado Novo?*, publicado a 05.09.2012, justifica que era sua intenção não participar na “polémica” até ao momento da publicação do “inacreditável artigo de Filomena Mónica”. Considera que ML, no seu estilo assertivo, não foi insultuoso ou pessoalmente difamatório para com RR e que, de facto, a parte de RR na *História de Portugal*, e passamos a citar,

“no seu modo corrente e aparentemente desproblematizador, no seu jeito de discurso do senso comum superficial e para o ‘grande público’, é um texto empapado de ideologia. Uma

ideologia que faz passar a visão da I República como um regime ditatorial, 'revolucionário' e de 'terror', por contraponto a um Estado Novo ordeiro e desdramatizado, quase banalizado na sua natureza política e social, transfigurado em ditadura catedrática, em regime conservador moderado e aceitável, apesar de um ou outro abuso. Essa visão — em vários aspectos semelhante ao próprio discurso propagandístico do Estado Novo sobre a I República e sobre si próprio — carece, a meu ver, de qualquer sustentação histórica. E, talvez por isso mesmo, convém salientá-lo, não é subscrita, ao que me parece, por uma significativa parte de historiadores e investigadores que, com diferentes perspectivas, trabalham sobre este período" (Rosas, 2012: 47).

Fernando Rosas explicita ainda um outro argumento que esteve implícito em todas as intervenções até aqui verificadas e que tem significado acrescido no quadro deste nosso capítulo, a saber: considerando a ampla divulgação da obra de RR, e porque é um texto bem escrito, torna-se "científica e civicamente relevante discutir criticamente os pontos de vista que enformam a versão da História política do século XX subscrita por RR", dado configurar "matéria que se prende umbilicalmente com a forma de legitimar o presente e fazer futuro" (*idem*, 47).

Em artigo de 06.09.2012, intitulado *A normalização da mentira*, RR intervém, pela última vez, neste quase debate, insurgindo contra o artigo de Fernando Rosas. O seu texto denota um estilo mais próprio da oralidade que da escrita; o estilo é, ao descontextualizar algumas das afirmações, algo confrontativo e a intenção parece ser a de continuar em processo de autovitimização, ao reafirmar, erradamente, na nossa opinião, que continua a ser alvo de calúnias e mentiras. Em nada RR acrescenta ao debate historiográfico (que ele próprio fechou na sua primeira intervenção no processo, lembre-se), exceto numa pequena frase que, parcialmente, assinalamos a sublinhado dada a relevância para este nosso estudo, a saber: "Fernando Rosas não pode entrar numa discussão e evitar pronunciar-se sobre o que está a ser discutido. Acusa-me de ter erguido a questão até um plano 'moral'. Não é verdade: eu continuo ao nível dos factos" (Ramos, 2012b: 47).

João Paulo Avelãs Nunes (historiador do CEIS20 da Universidade de Coimbra), em artigo intitulado *Polémica historiográfica e ideologias* (07.09.2012), manifesta a sua "satisfação profissional e cívica" sobre o que poderia ser um debate entre "especialistas" em matéria de "história contemporânea, das relações entre conhecimento científico e ideologia, da utilidade social da história (das ciências sociais em geral)". Reconhece, previamente, que a "utilização inicial de uma linguagem mais adjetivante não justifica nem legitima o recurso a insultos ou anátemas de cariz pessoal, a recusa em considerar questões substanciais", explicita expressões/conceitos operatórios aplicáveis aos enquadramentos possíveis do debate (*objectivante, fascizante, revisionismo e negacionismo*) e declara concordar "com Manuel Loff quando defende que muitos dos textos de Rui Ramos sobre a Ditadura Militar e o Estado Novo podem ser caracterizados como 'revisionistas', o que é diferente de *negacionistas* e, mais ainda, de *fascizantes*". Depois de passar em revista a substância das posições assumidas por RR, Maria Filomena Mónica e António Barreto, sustenta que

"Para além de ser difícil, por boas e más razões, caracterizar a produção historiográfica de Rui Ramos como 'normalizada', 'serena', e 'sem ajustes de contas', porquê ignorar o trabalho, entre muitos outros, — e citamos apenas 'investigadores seniores' portugueses — de historiadores do Estado Novo como António Costa Pinto, António José Telo, César de Oliveira, Fernando Rosas, José Maria Brandão de Brito, Luís Reis Torgal, Manuel Braga da Cruz, Manuel de Lucena e Maria de Fátima Patriarca? A importância da historiografia (das ciências sociais em geral) é demasiado grande para que se tente transformar uma polémica não num debate científico e ideológico, mas num exercício de afirmação de um 'pensamento único' e de ataque violento a quem possa discordar das leituras em causa" (Nunes, 2012).

Diogo Ramada Curto, historiador e investigador do Instituto Português de Relações Internacionais, no artigo *Por um debate de ideias num panorama sem crítica*, editado em linha a 08.09.2020, coloca-se numa posição algo moderada face à polémica entre ML e RR, fazendo uma “verificação analítica” às páginas da *História de Portugal* no que tange a assuntos ligados às antigas colónias. O resultado dessa verificação permite-lhe observar criticamente que a perspetiva adotada (pouco atreita a fatores políticos e mobilizadora de comparações justapostas e descontextualizadas), as referências relativas à demografia e às conjunturas da colonização e povoamento pelos portugueses, os múltiplos significados da guerra colonial/libertação pouco contribuíram para uma compreensão articulada, assim como a relativização/desvalorização das guerras de Portugal em África no quadro de uma comparação no plano internacional (com a guerra no Vietname), entre outros aspetos. Curto assinala ainda no início do seu artigo algo de relevante para o múnus da profissão de historiador e para os princípios a observar:

“qualquer historiador ou cientista social sabe o difícil que é fazer História que esteja fora das lutas do nosso tempo e que não seja enviesada ideologicamente. Se a objectividade no fazer da História não existe por decreto, pouco ou nada adiantam as declarações de princípio relativas à autoridade dos historiadores universitários. É claro que, enquanto cidadãos, mais ou menos comprometidos politicamente, estes têm todo o direito de exprimir as suas opiniões políticas, mas não poderão fazê-lo em nome das famigeradas lições da História. De igual modo, tanto os historiadores de profissão como os leitores informados sabem que análises, narrativas, argumentos e instrumentos de prova expostos em livros de História se encontram sujeitos a verificação. A ponto de se considerar ‘normal’ debater ideias e interpretações de livros de História. E nenhum historiador académico se pode considerar fora desse processo ‘normal’ de debate e verificação analítica” (Curto, 2012).

José Ribeiro de Carvalho, investigador do Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, no artigo intitulado *A ‘superioridade moral’ da esquerda* (de 10.09.2012), vem aprofundar a linha aberta por RR, Filomena Mónica e António Barreto, introduzindo ou explicitando um novo e significativo dado, sem fundamentar ou demonstrar a sua pertinência para o debate, a saber: o juízo moral. Para tanto, afirma:

“Loff, um professor com orientação ideológica assumidamente de esquerda, aproveitou as páginas do jornal PÚBLICO para ‘catalogar’ RR como defensor do salazarismo e revisionista da ditadura nacional. Disse ainda que RR é ‘uma das penas mais sólidas da direita intelectual portuguesa’. Com este tipo de caracterização, e tendo em conta a supremacia cultural da esquerda em Portugal, Loff procura, e como é óbvio, colocar Ramos em desvantagem. É a arrogância típica de uma determinada esquerda a quem irrita solenemente haver outros que pensem e façam diferente” (Carvalho, 2012: 47).

Acrescentado, perentoriamente, mais adiante, que os: “factos que Loff afirma são comprovadamente falsos. Mas o pior é isto: Loff, sendo historiador, deveria abandonar uma coisa inadmissível: o preconceito” (*idem*, 47).

Em *Políticas da História* (12.09.2012), José Neves (historiador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa) apresenta, em cinco pontos, uma reflexão informada sobre questões nucleares do *fazer* História: “o meio político-ideológico em que se move todo e qualquer historiador marca inelutavelmente o seu trabalho”; “a relação entre a agenda historiográfica e os interesses político-ideológicos do historiador desenvolve-se de modo complexo, pouco directo e nada linear”; a partir da análise da torção que RR fez das afirmações textuais de ML, recomenda a

necessidade de se controlar a “criatividade hermenêutica” do historiador; a concepção da história do poder como confinada à esfera da política e “o domínio da acção política às atitudes e aos comportamentos do que chama elites”, é a marca de água da análise de RR; e, a partir da ambivalência que encontra na “relação que na escrita de Ramos se tece entre a sua voz de narrador e a fala das fontes por ele citadas”, ou “entre a fala do narrador e a fala dos documentos que cita, deste corpo-a-corpo nutrindo-se, em parte, a ilusão de neutralidade”, é uma questão pouco debatida na “escrita da história”. Das questões epistemológicas invocadas pelo debate em análise, José Neves afirma:

“[o] maior problema que encontro na actual polémica reside, porém, no facto de deixar na sombra um conjunto de questões que não implicam directamente o debate sobre a natureza política do Estado Novo (em que tendo a concordar com a posição de Loff) ou o modo como Ramos dá conta da repressão salazarista (já criticado por Rosas, Costa Pinto ou Lucena) e da Guerra Colonial (desconstruído por Ramada Curto). A primeira destas questões tem que ver com a ideia de política subjacente ao olhar de Ramos. Procurando contrariar o que entende ter sido uma tendência historiográfica para a sobrevalorização do económico, do social e das estruturas, e para a desvalorização do político e da acção, o esforço de Ramos tem acusado dois vícios: tende a circunscrever o poder à esfera da política e, como sublinhou Francisco Bethencourt, a confinar o domínio da acção política às atitudes e aos comportamentos do que chama elites. A esta luz, teria sido porventura mais ajustado, no que à parte contemporânea diz respeito, que se tivesse optado por um título como *História Política de Portugal* ou *História Elitista de Portugal*” (Neves, 2012).

Na crónica de 13 de setembro de 2012 (*As formas e o fundo de uma polémica*), ML faz o maapeamento e balanço das intervenções registadas no debate por ele aberto e, com maior detalhe, do desvio operado na discussão, por um lado, e recoloca o problema de fundo, com o intuito de responder às críticas de que foi alvo nas intervenções de, entre outros, RR, Maria Filomena Mónica e António Barreto. Passando em análise a metodologia, aleatória e descontextualizada, mobilizada por RR na análise comparativa da repressão política do Estado Novo com outros países, ML remata o artigo com a seguinte afirmação:

“O debate sobre a representação das experiências ditatoriais contemporâneas é, além de tudo o resto, um debate central na definição das nossas identidades coletivas. Aqui como na Alemanha, em Itália, em Espanha. Não perceber o seu carácter excepcional, moderno, intrinsecamente violento e opressivo, e, portanto, claramente recidivo, é não perceber nada da história do séc. XX” (Loff, 2012d).

Luís Reis Torgal, historiador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20, da Universidade de Coimbra, dá a lume, a 20 de setembro de 2012, um longo artigo intitulado *Rui Ramos e o reabrir da polémica sobre a ‘História de divulgação’ do Estado Novo*. Começa por explicar que a reflexão que traz à colação é uma adaptação da análise crítica que fez de textos de dois historiadores (RR e Filipe Ribeiro de Menezes) numa comunicação sobre a historiografia do Estado Novo, apresentada à Faculdade de letras da Universidade de Lisboa, em inícios de 2011. Refere que

“Rui Ramos não é um especialista do Estado Novo e usou exactamente o método tão elogiado por Barreto, ou seja, a narrativa não teorizadora. Mas, a problematização é o que de mais aliciante tem a História e que provoca no leitor medianamente culto (o outro lê sempre qualquer coisa, até as *Histórias rocambolescas da História de Portugal*, pensando que está a

ler um livro de História) o gosto pela reflexão crítica, o que – aí concordarei com Rui Ramos, se entender o conceito como eu - o leva a ler a História não ‘a preto e branco’, mas com todas as cores, ou, por outras palavras, de forma poliédrica” (Torgal, 2012).

Para, mais adiante, dar a conhecer a sua visão sobre o *fazer e dizer* história contemporânea:

“A História não pode ser apenas interpretada por sintomas e factos escolhidos previamente, mas [...] tem de ser vista também pela análise das estruturas, que nos podem dar a conhecer o que os factos isolados nos escondem. O grande erro de Rui Ramos, numa história de divulgação, é, pois, pensar que esta é uma pura narrativa do que não se conhece bem, mas de que se podem tirar ilações que interessam ao leitor e o podem orientar. E isso ainda é mais discutível se pensarmos, como Ramos, que a divulgação se pode igualmente fazer, mais livre e despreocupadamente, numa linha ‘jornalística’ – com todo o respeito que tenho pelo jornalismo de investigação”. Para concluir: “Palavras e frases, provavelmente bem construídas, mas sem nenhuma reflexão profunda... — é esta a técnica de divulgação de Ramos, parecendo não entender que a História supõe sempre uma análise e uma reflexão problematizadoras. Que fique claro, não é o facto de Rui Ramos se afirmar como ‘homem de direita’ que me leva a estas considerações. Como cidadão pode ser o que quiser e entender, mas como historiador tem de seguir uma linha metodológica científica, mesmo na arte da divulgação. A menos que entenda que a História não é uma Ciência que procura a objectividade, mas uma pura ficção subjectiva, que pode ser – utilizando as suas palavras – de *direita* ou de *esquerda*” (*idem* 2012).

Dalila Cabrita Mateus (investigadora do IHC-UNL), em artigo publicado a 24.09.2012, discute sobre o tema *Rui Ramos sobre a guerra colonial e o 25 de Abril*. A investigadora afirma que a posição de RR face à guerra colonial e à situação dos militares carecia de uma interpretação mais densa, a saber:

“O historiador Rui Ramos, na parte da História de Portugal que redigiu, alinha abertamente com aqueles que procuram, ainda hoje, criar a ideia de que a guerra colonial era justa e ‘sustentável ad eternum’, estando praticamente ganha, não fora o ‘trágico’ obstáculo do 25 de Abril. Afirma, pois, que ‘a situação militar não era dramática’. A conclusão passa por cima de tudo o que foi dito pelos responsáveis máximos do país, no plano político e militar: Marcelo Caetano, o chefe do Governo, e Costa Gomes, o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. E até passa ao lado da opinião da própria PIDE, nó central da teia de informações estratégicas e sua componente essencial. Estes reconheciam que a guerra estava perdida na Guiné. Em Moçambique, diziam que a situação militar se agravava de dia para dia, antevendo também o colapso. E afirmavam que apenas em Angola se vivia numa situação transitória de aparente sossego. Mais reconheciam que os meios bélicos e, sobretudo, os recursos humanos começavam a faltar e que os militares tinham chegado ao fim da sua resistência física e moral” (Mateus, 2012).

Na crónica intitulada *Memória*, de 29.09.2012, Manuel Loff, afasta-se já do quase debate historiográfico, e explicita o epicentro da polémica que, entretanto, foi gerada: a memória. Assim, ML afirma que os

“Estados democráticos descrevem habitualmente a sua (re)fundação como resultando da superação e da rejeição da opressão (política, social, étnica, cultural, de género...) que caracterizou as ditaduras que os precederam. Isto significa que há um sentido político, cultural, moral, na recordação de uma ditadura. Não é difícil perceber, contudo, que nos últimos 40 anos a memória social das ditaduras do séc. XX se tornou, cultural e politicamente, num intenso campo de batalha. A polémica a que o PÚBLICO abriu as suas páginas na sequência das minhas crónicas sobre

o que Rui Ramos escreveu sobre a ditadura salazarista na *História de Portugal* que, em fascículos, o *Expresso* decidiu oferecer aos seus leitores, vem confirmar isto mesmo. Em todas as sociedades, quer tenham ou não sido submetidas a regimes de tipo ditatorial, a memória coletiva do passado, sobretudo do passado mais recente, é sujeita a usos políticos em todas as suas expressões sociais e institucionais, desde a educação aos meios de comunicação, sem esquecer as estratégias de comemoração/recordação de acontecimentos/personagens (re)fundadores da democracia, isto é, da gestão pública de lugares e ícones da memória” (Loff, 2012e).

O último contributo para o quase debate em análise tem lugar a 29.09.2012, com o artigo *A ditadura portuguesa e a sua polícia política*, de autoria de Irene Flunser Pimentel (investigadora do IHC-UNL). A autora dá pequenos exemplos do escrupulo metodológico dos trabalhos de RR e ML sobre o tema do artigo e, no âmbito da nossa análise, a sua intervenção tornar-se mais significativa porquanto põe em evidência os princípios da investigação histórica:

“O que interessa é caracterizar, com o máximo de profissionalismo, capacidade interpretativa e veracidade, como funcionava esse regime ditatorial, através das suas diversas instituições, dos diferentes factores e aspectos sociais, económicos e políticos devidamente contextualizados. Interessa também verificar de que forma isso tudo foi vivido no dia-a-dia dos portugueses, sabendo-se que estes não eram uma entidade colectiva, mas uma colectividade de indivíduos com interesses e vivências diferentes. A cronologia e a contextualização obrigam a matizar essas mesmas experiências, que foram vividas de forma diferente nos anos 30 do que o foram nos anos 70 do século XX. O historiador, porém, produz um local e um tempo diferentes do local e do tempo onde ele próprio está, e depende dos testemunhos, sabendo que, ao tentar conhecer, analisar e organizar o passado através de um discurso narrativo, o faz em função do presente e perspectivado por este. O historiador pode ser de direita ou de esquerda, mas deve, porém, tender para o máximo de imparcialidade” (Pimentel, 2012).

Em jeito de conclusão, os temas historiograficamente vivos na sala de aula

A História, na sua dupla qualidade de disciplina científica (investigação) e de disciplina conhecimento escolar (educação), está fundada nas operações e nos processos existenciais da consciência histórica. Segundo Jörn Rüsen, historiador alemão, o conceito de consciência histórica consegue operar a convergência entre a teoria e a didática da História (Rüsen, 2010: 92). O uso escolar do conhecimento histórico ou, segundo as palavras do autor, “a formação histórica é, antes, a capacidade de uma determinada constituição narrativa de sentido. Sua qualidade específica consiste em (re)elaborar continuamente, e sempre de novo, as experiências correntes que a vida prática faz do passar do tempo, elevando-as ao nível cognitivo da ciência histórica, e inserindo-as continuamente, e sempre de novo (ou seja: produtivamente), na orientação histórica dessa mesma vida. Aprender é a elaboração da experiência na competência interpretativa e ativa, e a formação histórica nada mais é do que uma capacidade de aprendizado especialmente desenvolvida” (*idem*, 104).

A razão para distinguirmos considerações didáticas da reflexão sobre os fundamentos da ciência da História, no âmbito do conceito de consciência histórica, prende-se com o facto de o ensino de temas vivos, conflituais ou controversos em História exigir aos professores uma competência que, a maior parte das vezes, não é mobilizada na sua atividade profissional. Se considerarmos a educação histórica como um processo no qual as experiências de conhecimento

(aquisição) e as competências (processamento do conhecimento) são refletidas heurística e interpretativamente no processo de ensino e aprendizagem, esse conceito “diz respeito ao que se discute aqui: a contribuição da ciência histórica para o desenvolvimento daquelas competências da consciência histórica que são necessárias para resolver problemas práticos de orientação com o auxílio do saber histórico” (*ibidem*, 94).

Este dado é particularmente sensível se se considerar que a educação histórica só é escolar e curricularmente obrigatória no terceiro ciclo do ensino básico. E, se ainda tivermos em conta que a compressão do tempo letivo semanal dedicado ao ensino de História, por um lado, e definição centralizada de padrões de aprendizagem que professores e alunos têm de cumprir em qualquer sala de aula do país, por outro (cf. Correia, 2017), que ele pode obstar à fecundidade cognitiva e cívica de aprendizagens centradas sobre temas socio-cientificamente controversos, como aquele que acima foi detalhadamente descrito e que emergiu em contexto historiográfico. Desta forma, torna-se imperioso que o conhecimento que os alunos possam desenvolver sobre os temas como, por exemplo, Estado Novo/democracia, guerra colonial, relativas à história contemporânea de Portugal, possam permanecer ao nível da perspectiva narrativa *branqueadora* detetada por José Machado Pais em 1995.

Neste contexto, temos de mobilizar, na esteira de Rüsen, o conceito de consciência histórica para que, a propósito dos temas *vivos*, se estabeleça um *continuum* entre o trabalho cognitivo inerente às operações da ciência histórica e as atividades de aprendizagem de História na sala de aula. A aproximação destas duas dimensões da História (conhecimento e educação) reclamará, assim, um *ethos* da profissão docente que, necessariamente, terá de conectar os procedimentos profissionais inerentes ao múnus do especialista/investigador e do docente de História.

Em trabalho sobre a pertinência de aprendizagens realizadas em ambientes eletrónicos no ensino superior, Diana Laurillard define o *ethos* do investigador especialista como resultante de oito fatores, a saber: 1. uma formação completa, competente e comprometida com um programa de estudos; 2. um elevado reconhecimento na sua área de especialização; 3. uma licença para exercer, investigar e orientar outras pessoas nessa área; 4. acrescentar conhecimento, num processo cumulativo e contínuo, em cima do conhecimento já construído por outros e integrar novos trabalhos; 5. orientar trabalhos de acordo com os protocolos e padrões de evidência definidos pela comunidade científica; 6. um trabalho colaborativo em equipas de pares; 7. uma pesquisa constante de conteúdos e metodologias para a reconceptualização do seu campo de conhecimento; 8. divulgação de resultados pelos pares/avaliadores e para utilização de outros (Laurillard 2005, 75).

A esta luz, perguntamos o seguinte: perante temáticas históricas vivas e controversas, deverá o docente de História concentrar-se apenas em *dizer* a factualidade dessa temática, cingindo-se a operações didáticas muito básicas no quadro do seu exercício profissional? A resposta (negativa) parece-nos óbvia se atentarmos nas implicações epistemológicas que um tema socio-cientificamente controverso como o acima reportado, por um lado, e no potencial heurístico, metodológico e formativo que encerra, por outro, para o desenvolvimento de técnicas de cognição específicas do *fazer* (entenda-se, investigação, por oposição ao *dizer* por replicação do conhecimento *feito*/construído por outros) História em contexto de aprendizagem (junto dos alunos).

Esta abordagem invoca-nos a finalidade, que em nosso entender é, a um tempo, epistemológica e pedagógica, da obra que Henri-Irenée Marrou publicou em 1954 sob o título *Do conhecimento histórico*. Neste trabalho, Marrou põe em evidência os caracteres da História (feita pelos historiadores), que no quadro do foco do presente capítulo tentaremos sintetizar: a história como conhecimento é

feita de passado que, uma vez (re)conhecido como passado, é metamorfoseado/manipulado pela instrumentação técnico-científica, tornado inteligível, compreendido (pelo historiador); o processo de construção da História depende, assim, do investigador, das questões, hipóteses, experimentação que ele, por exemplo, coloca sobre uma determinada temática (por ele selecionada), dos resultados dessa pesquisa e da sua validação pela comunidade científica; a história faz-se com documentos que foram construídos pelo *Outro* e, na relação dialógica do *eu* do investigador como o *outro*, é exigido, em termos éticos e científico-metodológicos, a *epokhé* (princípio de crítica interna e externa dos documentos, do seu autor, contexto de produção, finalidade, conteúdo, dispositivos de conservação/comunicação, entre outros); o uso de conceitos (universais, analógicos, técnicos, *ideal-typen*, singulares) como instrumento cognitivo maior da História; a inteligibilidade da História através da sua explicação através de estruturas, identificação de causas através de um raciocínio retrospectivo e reconhecer os limites da sua explicação, tendo por especial cuidado evitar explicações historicistas; o reconhecimento do valor existencial da história, da criação de um conhecimento válido para o próprio autor que deverá ser orientado por uma *epokhé* fecunda, racionalidade, sangue-frio e bom-senso; a “verdade” da História demarca a problemática da sua objetividade, a qual, sendo marcada pelo conhecimento do homem pelo homem, “revela ao mesmo tempo o passado e o historiador, como acontece com o retrato, como a experiência de outrem. O seu valor depende do valor do historiador”, tem um alcance parcial (isto é, não é universal) e não concorre para uma filosofia da história; a utilidade da História tem dimensão científica e antropológica (conhecimento), ética (valores culturais, artísticos e de pensamento) e estética (o seu resultado: a qualidade da escrita, o objeto livro, por exemplo) e conduz à libertação do determinismo histórico (cf. Marrou, s/d.).

Voltando ao desempenho docente na abordagem de temas controversos na sala de aula de História, podemos ter em consideração a proposta metodológica avançada por Gérard Pinson (cf. 2009: 135-138). Este autor destaca a revisão bibliográfica e documental como a primeira das tarefas do docente de História para a preparação de aulas sobre os temas socio-cientificamente controversos (Figura 3).

Figura 3: O debate historiográfico na sala de aula – princípios organizadores do trabalho escolar.



Fonte: A partir de Pinson, 2009: 135-138.

A densificação do conhecimento, para uma cabal fixação do *estado da arte* do tema em análise, deverá ter em consideração as interpretações diferenciadas (literatura), a metodologia de abordagem (heurística), a *empíria* (as fontes históricas mobilizadas nesses estudos: documentos escritos, orais, materiais, iconográficos...) e os dispositivos teóricos, conceptuais e argumentativos mobilizados pelos historiadores, entre outros. A proposta de Pinson (2007) tem uma correlação forte com uma outra proposta de “regras” avançadas por Enzo Traverso para efeitos de produção do conhecimento histórico e para o seu uso público: contextualização, historicismo crítico; comparação; e conceptualização (cf. Traverso, 2012: 25-26)

Para uma fecunda aprendizagem do tema *vivo*, a proposta de trabalho do professor com os alunos deverá ser orientado para a estimulação de técnicas cognitivas diversificadas (verbal, lógico-matemática, espacial, musical, cinética ou interpessoal como é sugerido, por exemplo, pelos trabalhos de Howard Gardner sobre inteligências múltiplas – cf. 2011) e de nível de compreensão superior, tais como a análise, síntese, avaliação e criação, ancorados nos trabalhos clássicos de Benjamin Bloom (1956) sobre a taxonomia dos comportamentos cognitivos, a qual foi revista e atualizada em 2001 por L. W. Anderson e David Krathwohl (2001), e não apenas em técnicas cognitivas mais simples como a memorização ou compreensão básica. Para se alcançar tal nível de complexidade, ao mesmo tempo, do trabalho escolar e cognitivo, importará focar as tarefas de aprendizagem de conceitos (substantivos e operatórios), enquanto signos da complexidade (empírica, metodológica e interpretativa) inerente, por exemplo, às diferentes posições teóricas em presença no campo teórico sobre a problemática em análise. Assim, a esta luz, não bastará ao/a professor/a de História circunscrever a sua abordagem pedagógica de um tema controverso a uma narrativa finalizada (política e educativamente correta), transmitida verticalmente ao aluno, na qual se limita a descrever, atribuir, referir, citar ou enfatizar (os verbos ativos por nós sublinhados no artigo de opinião de RR de 21.08.2012) e muito menos, em registo de *histoire événementielle*, situar o seu trabalho educativo-histórico apenas “ao nível dos factos”, conforme também foi por nós sublinhado no artigo de opinião de RR datado de 06.09.2012.

O aprofundamento do referido no parágrafo anterior, poderá ser continuado através da análise da problemática em perspetiva comparada em termos de escala espacial (local, regional, nacional, europeia e/ou mundial) e temporal (o tema poderá sofrer mutações ao longo do período estudado, tal como, por exemplo, foi referido em relação à atuação da polícia política durante o Estado Novo por Irene F. Pimentel do artigo de jornal acima referido). A comparação sugerida deverá orientar-se por padrões metodológicos definidos e controlados por critérios relevantes, com vista a proporcionar uma compreensão panorâmica da alteridade do tema noutros contextos sociopolíticos.

A objetividade (ou na sua impossibilidade, a intersubjetividade), imparcialidade, proporcionalidade e rigor poderão ser considerados como alguns dos critérios que devem iluminar e conduzir os trabalhos escolares, por forma a permitir *ganhar distância* (emocional, atitudinal e cognitiva; a *epokhé* de que nos fala Marrou) em relação ao tema controverso. Não significa isto que, professores e alunos, devam tornar-se neutros ou indiferentes face à problemática em estudo, mas sim que abram espaço para um trabalho cognitivo característico do competente investigador em História, tal como acima é referido por Traverso, Laurillard, Le Goff e Rousselier, Marrou, Torgal ou Pimentel. E que, com isso, consigam diferenciar estatutos (entre o analista/aluno e o tema analisado), organizar estudo (metodologia) e expressar (comunicação) os resultados dessa aprendizagem/pesquisa/trabalho escolar de forma densa, consistente, aberta e sempre preparada para o contraditório.

A dimensão educativa deve ser a *alma mater* do trabalho sobre temas vivos ou controversos. Educação deverá aqui ser entendida em todos os aspetos da formação integral do aluno (cognitivo, emocional, atitudinal, ético, cívico, político...), orientada pelo princípio da promoção da sua autoafirmação e responsabilização em contexto escolar (ou noutra contexto social).

Se considerarmos a pertinência das observações anteriormente tecidas em relação à aproximação dos campos da investigação e da educação histórica, se atentarmos nas posições e atitudes demonstradas pelos diversos intervenientes na polémica entre Manuel Loff e Rui Ramos acima referidos, e se considerarmos a validade das recomendações de Gérard Pinson para o trabalho dos temas socio-cientificamente controversos em sala de aula de História, poderemos agora propor uma análise que corre do campo educacional para o da controvérsia historiográfica em análise

Assim, se trocarmos o critério *ganhar distância* pelo seu contrário, isto é, a irrupção de emoções que conduzem a distorções, deturpações e processos de intenção pessoal e/ou moral contra pessoas/investigadores e se acentuarmos a dimensão ética e cívica inerente a qualquer processo educativo, podemos chegar, a partir da análise do conteúdo dos diferentes artigos, a algumas conclusões e com isso iluminar a uma outra luz o debate historiográfico acima detalhadamente reportado (Quadro 4).

Quadro 4: O quase debate historiográfico segundo os princípios organizadores de uma competente abordagem educativa na sala de aula.

Autores	Estado da Arte	Concetualização	Comparação	Juízos morais	Cidadania / Educação
Manuel Loff	S	S	S		S
Rui Ramos	S		S	S	
Maria Filomena Mónica				S	
António Barreto	S			S	
B. Sousa e N. Monteiro				S	
Pedro Lomba				S	
Fernando Rosas	S	S			S
João P. Avelãs Nunes	S	S			
Diogo Ramada Curto	S		S		S
José Carvalho				S	
José Neves	S	S			
Luís Reis Torgal	S	S			S
Dalila C. Mateus	S	S			
Irene F. Pimentel	S	S	S		

Perante os resultados apresentados, é nossa convicção que os temas socio-cientificamente controversos, dada a sua validade e pertinência para uma aprendizagem mais informada e ponderada da(s) sociedade(s) contemporânea(s), devem ser considerados e assumidos como uma experiência de aprendizagem estimuladora da complexificação das técnicas de cognição peculiares, no caso presente, da História a finalidade de encorajar a definição de um processo individualizado de aprendizagem. Importa, com isso, aprofundar a qualidade do conhecimento histórico (produzido, ensinado e aprendido) e o empoderamento dos alunos no processo de ensino-aprendizagem de História com vista à sua subjetivação e autodeterminação cognitiva e ética, em contexto de aprendizagem democrático, libertando-os de narrativas que seguem o modelo do familiarismo (contrário aos princípios científicos), no qual irrompem afetos, emoções, sentimentos, moralismos e muitas palavras ou conceitos mal calibrados, cultivado na fabricada “ilusão da igualdade e da fraternidade” (Gil, 2004: 63) que fecha e inibe a dimensão científica, metodológica, pública e cidadã da produção historiográfica e da literacia histórica.

Fontes (por ordem cronológica)

- Loff, Manuel (2012a). Uma história em fascículos... (I). *Público*, 02.08.2012, p. 45.
- Loff, Manuel (2012b). Uma história em fascículos (II). *Público*, 16.08.2012, p. 45.
- Ramos, Rui (2012a). Um caso de difamação. *Público*, 21.08.2012, p. 45.
- Loff, Manuel (2012c). Difamação?!. *Público*, 30.08.2012, p. 45
- Mónica, Maria Filomena (2012). Loff e as suas mentiras. *Público*, 01.09.2012, p. 55.
- Barreto, António (2012). A História de Portugal, Rui Ramos e Manuel Loff. *Público*, 03.09.2012, p. 44.
- Sousa, Bernardo V. & Monteiro, Nuno G. (2012). A falsificação vira-se contra quem a pratica. *Público*, 04.09.2012, p. 47.
- Lomba, Pedro (2012). Órfãos da guerra civil. *Público*, 04.09.2012, p. 48
- Rosas, Fernando (2012). Cartilha “normalizada” do Estado Novo?. *Público*, 05.09.2012, p. 47.
- Ramos, Rui (2012b). A “normalização” da mentira. *Público*, 06.09.2012, p. 47
- Nunes, João P. Avelãs (2012). Polémica historiográfica e ideologias. *Público*, 07.09.2012, p. 53.
- Curto, Diogo Ramada (2012). Por um debate de ideias num panorama sem crítica. *Público*, 08.09.2020 (em linha).
- Carvalho, José (2012), A “superioridade moral” da esquerda. *Público*, 10.09.2012, p. 47.
- Neves, José (2012). Políticas da História. *Público*, 12.09.2012, p. 47.
- Loff, Manuel (2012d). As formas e o fundo de uma polémica. *Público*, 13.09.2012, p. 47.
- Torgal, Luís Reis (2012). Rui Ramos e o reabrir da polémica sobre a “História de divulgação do Estado Novo”. *Público*, 20.09.2012, pp. 46-47.
- Mateus, Dalila C. (2012). Rui Ramos sobre a guerra colonial e o 25 de Abril. *Público*, 24.09.2012, p. 46.
- Loff, Manuel (2012e). Memória. *Público*, 27.09.2012, p. 53.
- Pimentel, Irene F. (2012). A ditadura portuguesa e a sua polícia política. *Público*, 29.09.2012 (em linha).

Referências bibliográficas

- Anderson, Benedict (2008). *Comunidades imaginadas*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Anderson, L. W. & Krathwhol, D. R. (org.) (2001). *A taxonomy for learning, teaching and assessing. A revision of Bloom's taxonomy of educational objectives*. Nova Iorque: Logman.
- Aron, Raymond (1961). *Dimensions de la conscience historique*. Paris: Librairie Plon.
- Bauman, Zygmunt (2006). *La globalización. Consecuencias humanas*, 3ª ed., Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Bauman, Zygmunt (2007). *Tiempos líquidos. Vivir en una época de incertidumbre*. Barcelona: Tusquets Editores.
- Bloch, Marc (1998). *História e historiadores*. Lisboa: Teorema, pp. 41-45.
- Bloom, Benjamin S. (org.) (1956). *The taxonomy of educational objectives. The classification of educational goals. Handbook I: Cognitive domain*. Nova Iorque: David MacKay Company.
- Carr, E. H. (1986). *Que é a História?* Lisboa: Gradiva.
- Certeau, Michel de (1975). *L'écriture de l'Histoire*. Paris: Gallimard.
- Connerton, Paul (1999). *Como as sociedades recordam*, 2ª ed. Oeiras: Celta Editora.
- Correia, Luís Grosso (2011). 'O passado é um país estranho': consciência histórica na era da compressão do espaço-tempo. In Isabel Barca (org.), *Consciência Histórica na Era da Globalização. Atas das XI Jornadas Internacionais de Educação Histórica*. Braga: CIE/IE, Universidade do Minho, pp. 555-567 (CD-Rom).
- Correia, Luís Grosso (2013). O regresso do livro único de História. *Público*, ed. 21.04.2013, p. 55.
- Correia, Luís Grosso (2015). A história no ensino básico em Portugal no último quartel: Perspectiva curricular. *Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História* (Maringá, BR), Vol. 19 (1), pp. 289-305.
- Correia, Luís Grosso (2017). Aprender História em democracia. In David Justino (org.), *Lei de Bases do Sistema Educativo: balanço e prospetiva*, vol. I, Lisboa: Conselho Nacional de Educação, pp. 157-220.
- Febvre, Lucien (1977). *Combates pela História*. 2 vols. Lisboa: Editorial Presença.
- Ferrarotti, Franco (1989). *Histoire et histoire de vie*. Paris: Méridiens Klincksieck.
- Frenteess, James & Wickham, Chris (1994). *Memória social*. Lisboa: Teorema.
- Gardner, Howard (2011). *Inteligencias múltiplas. La teoría en la práctica*. Madrid: Paidós.
- Gil, José (2004). *Portugal, hoje. O medo de existir*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Godinho, Vitorino M. (2009). *Os problemas de Portugal: mudar de rumo*. Lisboa: Edições Colibri.
- Judt, Tony (2011). Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos. Lisboa: Edições 70.
- Lapa, São José (2010). A História de Rui Ramos desculpabiliza o Estado Novo?. *Público – P2*, 31.05.2010, pp. 4-6.
- Laurillard, Diana (2005). E-Learning in higher education. In Paul Aushwin (org.), *Changing higher education: the development of learning and teaching*. Oxon: Routledge, pp. 71-84.
- Le Goff, J. & Nora, P. (1987). Apresentação. In J. Le Goff & P. Nora (org.), *Fazer História*. 1º vol., 2ª ed., Lisboa: Bertrand, pp. 9-14.
- Le Goff, J. & Rousselier, N. (1995). Préface. In François Bédarida (org.), *L'histoire et le métier d'historien en France 1945-1995*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, pp. 1-17.
- Leduc, J.; Marcos-Alvarez, V.; Le Pellec, J. (1998). *Construire l'Histoire*. s/l.: Bertrand-Lacoste.
- Lourenço, Eduardo (2000). *O Labirinto da Saudade*, 3ª ed., Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Marrou, Henri-Irenée (s/d). *Do conhecimento histórico*, 2ª ed., Lisboa: Editorial Aster, s/d. (ed. original francesa de 1954).

Menezes, Filipe Ribeiro (2012). Slander, Ideological Differences, or Academic Debate? The “Verão Quente” of 2012 and the State of Portuguese Historiography. *e-JPH*, vol. 10, n.º 1, pp. 62-77.

Nayar, Nayar, Pramod K. (2010). *Postcolonialism: a guide for the perplexed*. Londres: Continuum.

Pais, José Machado (1999). *Consciência histórica e identidade. Os jovens portugueses num contexto europeu*. Lisboa: Celta Editora.

Pinson, Gérard (2007). *Enseigner l’histoire : un métier, des enjeux*. Paris: Hachette Education.

Ramos, R.; Sousa, Bernardo V.; Monteiro, Nuno G. (2009). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Ramos, R.; Sousa, Bernardo V.; Monteiro, Nuno G. (2012). *História de Portugal*. 9 vols., Lisboa: Expresso.

Rüsen, Jörn (2010). *História viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Traverso, Enzo (2012). *La historia como campo de batalla: Interpretar las violencias del siglo xx*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

